

Matérias do Setor

Consumo de PET deve aumentar 7,7% até 2013

A demanda pela resina PET deverá manter um cenário positivo, nos próximos anos, com expansão média de 7,7% ao ano de 2011 a 2013. As perspectivas favoráveis para a resina consideram a continuidade do processo de expansão do consumo, amparado pelo aumento na renda real das famílias no período, além da manutenção do processo de aprofundamento e diversificação do uso da resina.

Ainda que não estejam compreendidos no horizonte da análise, vale mencionar que os megaeventos esportivos que deverão ocorrer no País em 2014 e 2016 atuam como um fator de estímulo ao crescimento do consumo da resina. Isso porque, em anos de realização destes tipos de eventos, a expectativa é de que o consumo de alimentos e bebidas principal e mais tradicional setor demandante por PET apresente expansão. Entre 2004 e 2010, a massa de renda das famílias brasileiras teve um crescimento real de 42%, elevando a demanda por bens de consumo em geral e, em especial, por bebidas.

Como cerca de 90% da demanda pela resina, relaciona-se ao setor de alimentos e bebidas, esse aumento teve reflexos positivos no mercado de PET, cuja demanda aumentou 71% no período (média de 8,0% ao ano), segundo dados da Associação Brasileira da Indústria do PET (Abipet) e a projeção para a massa de renda, nos próximos anos é de avanço médio de 5,0% ao ano até 2013. Outro fator que tem favorecido o segmento PET, de acordo com os analistas da consultoria Tendências, é a ampliação dos usos da resina, com destaque para o acondicionamento de produtos alimentícios (óleos comestíveis), higiene e limpeza e farmacêuticos.

Mesmo no setor de bebidas, principal demandante, o PET vem sendo aplicado em novos nichos, como, por exemplo, no armazenamento de água mineral em garrafas neste segmento, o uso passou de 8% em 2002 para 21% em 2009, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (Abir).

Fonte: Agência Estado.

Maioria dos gaúchos é contra a proibição de sacolas plásticas

Uma pesquisa encomendada pela Associação Gaúcha de Supermercados (Agas) ao Instituto Segmento Pesquisas apontou que 42,8% dos consumidores gaúchos são contra a proibição das sacolas plásticas no varejo. Somados aos 38,3% que são favoráveis à retirada destas somente quando houver uma alternativa comprovadamente eficaz para substituí-las, os números demonstram que 81,1% da população se posiciona contra a proibição do uso das sacolinhas atualmente. A pesquisa, que ouviu 400 consumidores de supermercados de ambos os sexos, de todas as faixas de renda e de idade no mês de junho, também revelou que o primeiro pensamento associado ao termo "sacola plástica" de 70,2% das pessoas entrevistadas é positivo, pois facilitam o transporte das compras, são práticas e podem ser reutilizadas para várias finalidades.

Quem tem uma primeira imagem negativa tende a justificar por motivos como a poluição ao meio ambiente ou a fragilidade do material. Segundo os números da Segmento Pesquisas, 95% dos gaúchos usam sacolas plásticas para carregar suas compras. Do total, 97,7% dos entrevistados afirmaram que reutilizam, de alguma forma, as sacolas plásticas. "Os

consumidores estão acostumados a levar para casa as compras acondicionadas em sacolas plásticas, é um hábito consolidado. Além disso, a utilidade da sacola plástica vai muito além do uso para embalar as compras, já que elas têm um papel fundamental no destino e na reciclagem do lixo, são utilizadas para proteger produtos da chuva, e possuem uma série de outras formas de reutilização”, afirmou o presidente da Agas, Antônio Cesa Longo.

Fonte: Jornal do Comércio (RS).

Pesquisa mostra que brasileiro consome 30 quilos de plástico ao ano

Cada brasileiro consome, em média, aproximadamente 30 quilos de plástico – que é material 100% reciclável - por ano, segundo a Abiquim. Em 2010, de acordo com anuário do setor químico da entidade, foram consumidas no país cerca de 5,9 mil toneladas de plástico, o que representa 50% a mais do que há dez anos. Os dados foram apresentados pela pesquisadora Lucilene Betega de Paiva em um seminário na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Lucilene, que trabalha no Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo (IPT) e é especialista em plásticos, ressalta a importância da reciclagem desse material. Segundo a especialista, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) pode ajudar a “transformar um passivo ambiental em uma fonte de recursos financeiros”.

A PNRS foi o tema central do seminário na Alesp. O evento faz parte de uma série de debates preparatórios para a 12ª Conferência das Cidades, promovida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. Dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), também apresentados no seminário na Alesp, mostram que o Brasil ainda precisa avançar para cumprir o estabelecido pela PNRS. Segundo levantamento feito pela entidade, em 350 cidades que concentram quase metade da população urbana brasileira, 42% do lixo do país não receberam uma destinação adequada no ano passado.

Ao todo, foram 23 milhões de toneladas de lixo levadas para lixões ou aterros controlados, que não são ambientalmente apropriados. Para os aterros sanitários, em que existem sistemas para evitar contaminação de água e solo, foram levadas 31 milhões de toneladas de lixo. O deputado federal Manoel Junior (PMDB-PB), presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, disse que a implantação da PNRS é um desafio para o país. As discussões durante seminários e na Conferência das Cidades, acrescentou, podem ajudar a adequar a destinação do lixo no país.

Fonte: Agência Brasil e a InfoMoney.

Consumo de plástico reciclável cresce 50% em 10 anos

Cada brasileiro consome, em média, aproximadamente 30 quilos de plástico reciclável por ano, segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Em 2010, de acordo com anuário do setor químico da entidade, foram consumidas no país cerca de 5,9 mil toneladas de plástico, o que representa 50% a mais do que há dez anos.

Os dados foram apresentados na quinta-feira, 7, pela pesquisadora Lucilene Betega de Paiva em um seminário na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Lucilene trabalha no Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo (IPT) e é especialista em plásticos.

Em sua participação no seminário, ela falou sobre a importância da reciclagem desse material. Segundo ela, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) pode ajudar a “transformar um passivo ambiental em uma fonte de recursos financeiros”.

A PNRS foi o tema central do seminário na Alesp. O evento faz parte de uma série de debates preparatórios para a 12ª Conferência das Cidades, promovida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados.

A Conferência das Cidades ocorre todo ano, no segundo semestre. Em 2011, ela está programada para outubro e deve tratar também da PNRS.

Regras para o lixo

A PNRS foi instituída por lei aprovada, sancionada e regulamentada no ano passado. Ela estabelece regras para a destinação do lixo produzido no país. De acordo com a PNRS, a reciclagem deve ser priorizada. Já o lixo não reciclável deve ser levado a aterros sanitários. Os lixões precisam fechados até 2015.

Dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), também apresentados no seminário na Alesp, mostram que o Brasil ainda precisa

avançar para cumprir o estabelecido pela PNRS. Segundo levantamento feito pela entidade em 350 cidades que concentram quase metade da população urbana brasileira, 42% do lixo do país não receberam uma destinação adequada no ano passado.

Ao todo, foram 23 milhões de toneladas de lixo levadas para lixões ou aterros controlados, que não são ambientalmente apropriados. Para aterros sanitários, em que existem sistemas para evitar contaminação de água e solo, foram levadas 31 milhões de toneladas de lixo.

O deputado federal Manoel Junior (PMDB-PB), presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, disse que a implantação da PNRS é um desafio para o país. As discussões durante seminários e na Conferência das Cidades, acrescentou, podem ajudar a adequar a destinação do lixo no país.

Fonte: O Estado de S.Paulo

Matérias Nacionais

Sinais de desaceleração são mais fracos no varejo do que na indústria

O cruzamento de dados do varejo e da indústria mostra que a desaceleração da atividade econômica é muito mais resistente no comércio do que na produção industrial. Enquanto o ritmo de crescimento na fabricação de bens de consumo passou de 6,4% no fim de 2010 para 2,3% nos 12 meses encerrados em maio, as vendas do comércio ampliado em volume, na mesma comparação, fecharam 2010 com alta de 12,2% e passaram para 10,5% no acumulado de 12 meses terminados em maio.

A análise dos resultados da Pesquisa Mensal do Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PMC-IBGE), divulgada ontem, divide os analistas. Enquanto alguns veem as vendas como sinal de um mercado ainda aquecido e, por isso, mais um indicador que reforça a necessidade de medidas adicionais do Banco Central, outros destacam que as medidas macroprudenciais estão sim fazendo efeito sobre o varejo, o que não exigiria aumentos extras na taxa básica de juros (além do 0,25 ponto esperado para a próxima semana) ou novas medidas de restrição ao crédito.

O volume de vendas do comércio varejista restrito cresceu 0,6% em maio frente a abril, com ajuste sazonal. No comércio ampliado, que inclui veículos, motos e partes e materiais de construção, o avanço na mesma base foi de 1%, também na série livre de sazonalidades e em volume. Na comparação com 2010, o varejo também cresce bem acima da produção: 7,4% (restrito) e 9,5% (ampliado) em comparação a uma produção 1,8% maior no total da indústria e 0,9% superior em bens de consumo.

Para o economista-chefe da RC Consultores, Fábio Silveira, os resultados do varejo são compatíveis com o momento da economia e não justificam mais um aumento da Selic, hoje em 12,25%. Os dados anuais chamaram sua atenção. O segmento que inclui automóveis cresceu 25,9% em maio frente ao mesmo mês do ano anterior, e o de móveis e eletrodomésticos, 20,4%. O varejo ampliado teve alta de 12,8% na mesma comparação. "Os dois estão destoando, mas ainda não podemos dizer que há evidente evolução acentuada desses segmentos, sinalizando que as medidas [macroprudenciais] são insuficientes", avalia Silveira.

Segundo o economista-chefe da RC, o varejo mostra desaceleração se forem observados os setores nos quais os consumidores fazem seus gastos correntes, como o de bens não duráveis, com avanço de 1,9% sobre maio de 2010, e o de tecidos, vestuário e calçados, com crescimento de 5,6% na mesma ordem.

Alguns economistas, por outro lado, esperavam um recuo maior no ritmo de crescimento das vendas em maio e acreditam que a pesquisa de comércio reforça a tendência de um ajuste mais prolongado na Selic. "Esperávamos uma desaceleração um pouco maior do varejo no primeiro semestre, mas ela ainda não está ocorrendo no ritmo que projetamos", afirma Thaís Marzola Zara, economista-chefe da Rosenberg Associados, para quem os dados do varejo "reforçam a expectativa de uma Selic de 13% no final do ano e tornam possível a adoção de mais medidas macroprudenciais".

Para Thaís, as medidas macroprudenciais adotadas pelo governo em dezembro do ano passado devem afetar mais fortemente o varejo nos próximos seis meses. "Há uma defasagem

entre a implantação [de medidas] e seu efeito, e talvez a dosagem ainda não tenha sido suficiente", explica.

O economista Ricardo Denadai, da Santander Asset Management, toma como exemplo o setor automotivo para explicar os eventuais impactos das medidas do BC no consumo. Segundo ele, as concessões de crédito para a compra de veículos recuaram e já começam a afetar as vendas e há um elevado nível de estoque nas montadoras. "Embora as vendas de carros no ano ainda tenham vindo forte, dá para dizer que elas se estabilizaram num patamar bastante alto e pararam de expandir. O efeito das macroprudenciais está aí, mas se deu mais no sentido de evitar a continuidade da expansão das vendas do que impor algum tipo de recuo", pondera Denadai.

Para Fernando Montero, da Corretora Convenção, as medidas macroprudenciais não afetam tanto o varejo por causa do câmbio valorizado. "O consumo de importados continua aumentando", diz. Ele também diz que as restrições do BC não têm efeito de forma isolada, elas sofrem influência da taxa básica de juros e da política fiscal do governo. "Acredito nas macroprudenciais combinadas com a desaceleração fiscal para afetar a atividade, por isso o varejo e a indústria crescerão menos a partir de junho. Mas o movimento de aceleração voltará a partir do ano que vem, com mais gastos governamentais e aumentos de salários indexados", argumenta Montero.

O teor do Relatório de Inflação do BC do segundo trimestre do ano - e não os dados de maio de varejo e indústria - levou o Santander Asset Management e a Convenção a ampliar suas expectativas de alta na Selic de 12,50% para 12,75% para o fim deste ano.

Para José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do banco Fator, a diferença entre a produção industrial e a venda no varejo é explicada pelo aumento das importações. O crescimento do varejo está sendo atendido pela importação, de modo que o crescimento menor da produção industrial não é necessariamente efeito da política monetária, diz ele. A projeção do Fator para a taxa de juros no final do ano foi revista para 12,75% antes dos dados de vendas do varejo.

Na avaliação de Reinaldo Pereira, gerente da coordenação de serviços e comércio do IBGE, os preços mais baratos de produtos importados ajuda a explicar o desempenho do varejo. "Independentemente das medidas macroprudenciais, as atividades mais sensíveis ao crédito continuam fluindo", disse. "O crédito pode estar mais restrito, mas tem justificativa [para que as vendas cresçam], que está no preço", ponderou.

Fonte: Valor Econômico

Solvay foca em etanol

O novo líder mundial da química resultante da aquisição da Rhodia pela Solvay vai focar na utilização bem maior do etanol brasileiro em sua cadeia de produção, quando começar a operar em setembro. Jean-Pierre Clamadieu, presidente global de Rhodia, disse que a nova companhia identificou o etanol brasileiro como a matéria-prima renovável com o melhor nível de competitividade, como elemento de base para a cadeia petroquímica "e isso exigirá o desenvolvimento de nossa produção no Brasil".

Por isso, uma das prioridades da nova companhia será o de desenvolver o acesso a matérias-primas renováveis, com parceiras com produtores, de um lado, e expansão de fábricas para utilizar o produto. Implicará, em todo caso, em investimentos futuros de centenas de milhões de dólares no país. Clamadieu mostra-se entusiasmado com as possibilidades no uso do etanol de cana-de-açúcar na cadeia petroquímica. "As indústrias químicas querem usar material renovável. E claramente, o etanol brasileiro é o melhor, pela sua intrínseca competitividade. A produção brasileira é muito eficiente, mais do que na Europa ou América do Norte." O executivo diz que a Rhodia foi uma das primeiras a usar etanol para uso industrial. Ele vê competidores com mais projetos na mesma direção, mas estima que o novo grupo "pode fazer mais".

Para Clamadieu, a nova companhia pode ampliar a capacidade de produção tanto por aquisições como expandindo as fábricas existentes da Solvay e Rhodia. Atualmente, um terço dos investimentos em crescimento ocorre no Brasil, valor só superado pelos aportes na China. O Brasil representa 17% do faturamento da Rhodia. Na nova companhia, a América do Sul representará 14%. O executivo admite alguns obstáculos a serem superados para maior uso do etanol. Primeiro, a tecnologia para produzir mais produtos químicos a partir do etanol. Isso

explica o motivo para investir mais em pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de obter do etanol um desempenho economicamente viável.

O grupo gastará € 200 milhões por ano nos vinte centros de pesquisa e desenvolvimento, um quarto deles situados na Ásia e no Brasil. O segundo obstáculo é assegurar contratos de longo prazo com fornecedores do biocombustível no país, "o que não é fácil". Em todo caso, ao contrário de alguns competidores, não quer entrar no controle direto de fábricas de etanol.

Fonte: Valor Econômico.

Produtividade na indústria cresce menos de 1%, influenciada por estoques

Influenciada pelo aumento dos estoques, a produtividade do trabalho na indústria não só parou de crescer como está recuando. No acumulado de 12 meses encerrados em maio, a indústria produziu 4,5% mais que nos 12 meses anteriores, e usou para essa produção um número de horas pagas 3,6% maior, resultando em um ganho de produtividade de apenas 0,8%. Além de baixa, essa eficiência não compensou o aumento da folha salarial média por trabalhador, que foi de 4% na mesma comparação. Nos cinco primeiros meses deste ano, o movimento de perda de produtividade fica ainda mais intenso: a indústria produziu 1,8% mais com um volume de horas pagas 1,9% maior, representando um ganho zero de produtividade na comparação com o mesmo período de 2010. Todos os dados foram obtidos pelo cruzamento das pesquisas industriais e de emprego do IBGE.

A análise da produtividade industrial em 12 meses desde o fim de 2010 mostra uma forte desaceleração nos ganhos obtidos no ano passado, que encerrou com alta de 6,1% em relação ao desempenho de 2009. O coordenador de Sondagens Conjunturais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Aloisio Campelo, explica que o crescimento de 6% na produtividade em 12 meses até dezembro de 2010 não é comum e se deu em cima de uma base muito baixa, já que a indústria começou a se recuperar da crise no segundo semestre de 2009, mas nem por isso começou a contratar mais funcionários na época. "A produção cresceu muito e o emprego não cresceu proporcionalmente porque não tinha caído", diz. Em 2010, a produção industrial subiu 10,5% e as horas pagas, 4,1%.

Fonte: Valor Econômico.

Sinochem pode substituir PDVSA em PE

A estatal chinesa Sinochem é fortíssima candidata a se associar à Petrobras na construção da refinaria Abreu Lima, em Pernambuco, caso se confirme a mais do que prevista defecção da PDVSA.

Fonte: Relatório Reservado.

Inflação dos serviços supera o índice médio

Preços dos serviços, intimamente ligados aos salários, subiram 8,7% nos últimos 12 meses, acima do IPCA, que teve alta 6,7% no período

A forte inflação de serviços, que caminha para ultrapassar os 9%, reflete claramente a pressão de demanda provocada pelo aumento da massa real de rendimentos do trabalho. Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou variação de 6,7% nos últimos 12 meses, os preços dos serviços subiram 8,7% no mesmo período.

Para o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados, esse problema da inflação dos serviços não se resolve no curto prazo.

"Ela não cai porque está sempre referenciada ao passado." Por outro lado, a pressão da escassez de mão de obra representa aumento de salários para os trabalhadores e elevação de custos para as empresas. Em setores que não enfrentam concorrência de produtos importados, como é o caso dos serviços e mercado imobiliário, os custos são facilmente repassados adiante.

"Seria preciso ter um programa mais longo de desindexação, e isso não se faz na hora em que está ruim", diz o economista.

Prêmio. Segundo o consultor Fábio Porto d'Ave, da divisão de engenharia, petróleo e gás da Robert Half, líder mundial em recrutamento especializado, a demanda por profissionais nessas áreas cresceu 120% em 12 meses.

"A gente encara o seguinte cenário: candidatos participando de mais de um processo seletivo, e podendo escolher para onde vão, e empresas disputando pelos mesmos recursos", conta d'Ave.

Se há alguns anos o "prêmio" para se fazer uma transição profissional era um aumento de 10% a 20% nos salários, atrelado a um pacote de benefícios, hoje ele chega a superar os 40%. "Hoje sai muito mais caro para a empresa não ter um profissional na posição do que dar um aumento para ele", diz o especialista em recrutamento.

No começo do ano, José Roberto Mendonça de Barros ouviu de um empresário do mercado imobiliário que foi fácil vender em 2010. O mercado estava crescendo tanto que não precisava nem fazer força para comercializar apartamentos. O problema, porém, está sendo entregar os imóveis por conta da escassez de profissionais. "O que todo mundo fez foi uma combinação de atraso, aumento de preço e piora de qualidade", diz o consultor.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz Coelho, informa que setores como o de tubos e conexões para construção civil e obras de infraestrutura - itens difíceis de importar - estão conseguindo repassar os custos do custo da mão de obra para os preços.

Já em setores nos quais os produtos competem com os importados, a "guerra para manter o preço competitivo é enorme", de acordo com Coelho. Isso porque o real valorizado deixa os preços dos produtos feitos lá fora ainda mais competitivos.

Fonte: O Estado de S.Paulo

RETENÇÃO DO ISS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS EM CURITIBA POR EMPRESAS ESTABELECIDAS EM OUTROS MUNICÍPIOS – CPOM (CADASTRO DE PRESTADORES DE OUTROS MUNICÍPIOS)

O Prefeito do Município de Curitiba, através do Decreto no. 1.676/2010 regulamentou o inciso XIII e o parágrafo 6º. do artigo 8º. da Lei Complementar 40/2001, incluídos pelos artigos 13, 14 e 15 da Lei da lei Complementar no. 73/2009, instituiu a retenção, na fonte, do ISS nas notas fiscais de serviços prestados por empresas estabelecidas em outros municípios que não tenham o cadastro na Prefeitura de Curitiba. (CPOM)

O objetivo de estabelecer a retenção e o cadastro é combater fraudes de empresas que tenham estabelecimentos fictícios em outros municípios, mas mantêm toda a estrutura funcionando e atuando em Curitiba.

Essa alteração passa a vigorar a partir de 1º. de março de 2011.

Empresas estabelecidas em Curitiba, mesmo que imunes ou isentas, ao contratar serviços de empresas estabelecidas em outros municípios deverão consultar se a empresa prestadora possui cadastro na Prefeitura de Curitiba (CPOM), se não possuir, o ISS será retido pelo tomador do serviço e recolhido ao município de Curitiba.

A retenção e recolhimento do imposto são de responsabilidade do tomador do serviço.

A alíquota de retenção na fonte a ser aplicada será a de 5%, conforme disposto no Artigo 6º. § único do Decreto no. 1676/2010 e inciso V do artigo 4º. da Lei Complementar 40/2001.

Exemplo 1:

Tomador: Empresa estabelecida em Curitiba Comércio de Tintas Ltda

Prestador: Austin Arquitetura S/S Ltda

Estabelecida: Rio de Janeiro

Presta serviço de arquitetura no valor de R\$ 4.000,00

CPOM: REGULAR

ISS: não terá retenção

Exemplo 2:

Tomador: Empresa estabelecida em Curitiba Indústria de Plásticos Ltda

Prestador: Complas Construtora S/S Ltda

Estabelecida: Lajes

Presta serviço de engenharia no valor de R\$ 3.000,00

CPOM: IRREGULAR ou CANCELAMENTO DE OFÍCIO

ISS: terá retenção de 5%

Serviços R\$ 3.000,00 x 5% = R\$ 150,00

Valor pago ao prestador R\$ 3.000,00 (-) R\$ 150,00 = R\$ 2.850,00

DAM ISS retido recolhido pelo tomador: R\$ 150,00

Caso a empresa tomadora do serviço não retenha o ISS admitirá o valor do imposto como seu ônus, devendo recolhê-lo.

Os prestadores de serviços estabelecidos fora de Curitiba devem cadastrar-se no site: <http://isscuritiba.curitiba.pr.gov.br/cpom/>

Fonte: Site Abreu Nabbouh & Associados

Agenda

Curso de qualificação para profissionais da indústria do plástico no ES

O Sindicato da Indústria de Materiais Plásticos, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-ES) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), promoverá, em julho, mais duas turmas do curso de Alimentador de Produção, destinado a profissionais das empresas associadas dos municípios da Serra e de Vila Velha. As capacitações fazem parte do Programa Capixaba de Desenvolvimento do Setor de Transformação do Plástico (Proplástico) e serão realizadas no Sesi de Araçás, em Vila Velha, e no Senai-Civit, na Serra, com turmas de 20 a 30 alunos cada. Com uma carga horária de 160 horas e duração de dois meses, o curso tem o objetivo de aprimorar os conhecimentos de funcionários recém contratados e melhorar o desempenho de quem exerce a função de Auxiliar de Produção. As empresas interessadas em inscreverem seus funcionários devem entrar em contato com o sindicato pelo e-mail: sindiembalagens@sindiembalagens.com.br

Plastech Brasil 2011 já conta com mesmo número de expositores da última edição

A Plastech Brasil 2011 - Feira de Tecnologias para Termoplásticos e Termofixos, Moldes e Equipamentos - será realizada de 16 a 19 de agosto, no Complexo dos Pavilhões da Festa da Uva, em Caxias do Sul – RS. Organizada e realizada pelo Simplás – Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho -, a feira será uma grande oportunidade de integrar a cadeia produtiva, com o objetivo de mostrar aos potenciais clientes e fornecedores o excelente nível tecnológico das empresas locais, nacionais e internacionais, pesquisas e aperfeiçoamento mercadológico. Além disso, o evento contribui para impulsionar os negócios, integrando tecnologia, conhecimento e proporcionando novos relacionamentos entre as partes que compõem o setor plástico. Para mais informações ligue (54) 3228 1251 ou pelo e-mail plastech@plastechbrasil.com.br.

Embala Nordeste

A Embala Nordeste 2011 - VI Feira Internacional de Embalagens e Processos será realizada entre os dias 23 e 26 de agosto, no Centro de Convenções de Pernambuco, Recife, PE. Trata-se de uma feira técnica dirigida aos setores usuários de embalagens e processos dos mercados Norte e Nordeste. O encontro reúne todos os segmentos que integram a cadeia produtiva de embalagens, incluindo fornecedores para as indústrias do plástico, papel, flexografia e reciclagem, entre outras. Acontece em paralelo com a Alimentécnica Nordeste 2011. Informações no www.greenfield-brm.com/embalanordeste2011/

Abiquim abre inscrições para o Prêmio Kurt Politzer de Tecnologia

Estão abertas as inscrições para o Prêmio Kurt Politzer de Tecnologia, instituído pela Abiquim. O objetivo do prêmio é promover a pesquisa e a inovação na área Química. Há três categorias de premiação: Empresa, Empresa Nascente e Pesquisador. Os trabalhos poderão ser enviados para a Abiquim até o dia 28 de outubro. O nome Kurt Politzer, adotado a partir deste ano, é uma homenagem ao doutor e professor em Química que colaborou por cerca de 30 anos com a Abiquim. Politzer integrou o Conselho Diretor da entidade e coordenou a Comissão de Tecnologia, criando em 2001 o Prêmio Abiquim de Tecnologia. Os vencedores serão anunciados no 16º Encontro Anual da Indústria Química, em dezembro. A Comissão Julgadora

será constituída por profissionais do cenário da Química no País e por membros da Comissão de Tecnologia da entidade. As informações para as inscrições podem ser obtidas no endereço: www.abiquim.org.br/premiotecnologia.



WBC COMUNICAÇÃO
Fone/Fax: 41 32470569 - Celulares: 41 91687616 - 41 91326135
E-mail: wbc@sulbbs.com.br